

# **TELECENROS-PILOTO PARA AS PROVINCIAS DE MANICA E GAZA: ESTUDO DE VIABILIDADE**

## **II. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO**

Moçambique, um país com cerca de 17.000.000 de habitantes, possui uma extensão de 800.000 km<sup>2</sup> (INE, 2000). Da população total, 47% tem 15 anos ou menos, 70% vive nas zonas rurais, e mais de 50% da população economicamente activa é camponesa. Apenas 4.100.000 pessoas com mais de 5 anos sabem ler e escrever, dos quais 2.600.000 homens e 1.500.000 mulheres (taxa de analfabetização de 60.5%). (INE, 2000).

Em 25 de Junho de 2000 o país comemorou 25 anos de independência nacional. Durante os 25 anos, foram introduzidas alterações no sistema de governação, de um estado monopartidário socialista para um sistema multipartidário; um programa de ajustamento estrutural foi lançado em 1987 que se reflectiu na adopção da economia de mercado; transformações que culminaram com a aprovação de uma nova Constituição em 1990.

Um “conflito de baixa intensidade” arrasou o país ao longo dos anos 80, e deixou como herança um terço da população refugiada em países vizinhos ou deslocada dentro do país, assim como grande parte das infraestruturas económicas e sociais destruída.

No início da década 90, Moçambique foi classificado como o país mais pobre do mundo. Com o Acordo de Paz em 1992 iniciou-se a recuperação sócio-económica, que ganhou ímpeto a partir das eleições multipartidárias de 1994. Mesmo assim, segundo o PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano para o país apenas subira sete lugares no período até 1999. Ao nível dos países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), em 1997 Moçambique ocupava a última posição no que se refere ao Índice que era de 0,341 (compare-se com Maurícias, na primeira posição com 0,765).

Estes dados, por si só, fornecem um quadro elucidativo para a análise de propostas de actividades de desenvolvimento em Moçambique.

Desde as eleições presidenciais e legislativas de 1994, o governo e as instituições democraticamente eleitas têm estado a implementar um programa que prioriza o combate à pobreza, a consolidação da unidade nacional, e a recuperação económica sustentável. Durante o primeiro mandato o Governo moçambicano conseguiu repôr as infraestruturas destruídas, ao mesmo tempo que os últimos refugiados e deslocados eram reassentados. Com condições climáticas favoráveis, o país começou a registar um crescimento económico contínuo, em termos macro-económicos, acompanhado por uma estabilização cambial da moeda nacional. Uma das prioridades estratégicas do país é o desenvolvimento de recursos humanos.

O Governo que saiu das segundas eleições gerais realizadas em Dezembro de 1999 (mais uma vez dirigido pelo Partido Frelimo) lançou de imediato um novo Programa Quinquenal de Desenvolvimento Sócio-Económico. Entretanto, as calamidades naturais (cheias e ciclones) que assolaram o centro e sul do país no primeiro trimestre de 2000

criaram uma situação de emergência que pôs o novo governo à prova, e os moçambicanos viram grande parte dos seus esforços e investimentos dos últimos anos inutilizados.

## 2.1. Pobreza e desenvolvimento humano

Sem contar com as crises do ano 2000, o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de 1999 (PNUD, 2000) indica que os sucessos alcançados ainda não se reflectem nas condições de vida da maioria da população.

O relatório apresenta duas formas para medir a pobreza: a Incidência de Pobreza baseada numa abordagem de bem-estar económico (consumo alimentar e não-alimentar corrente), e o Índice de Pobreza Humana assente numa abordagem mais ampla (longevidade, conhecimento e padrão de vida) que oferece uma medida de longo prazo. Os resultados globais e nas províncias em estudo apresentam-se no quadro 1:

**Quadro 1: Pobreza nas áreas de estudo**

	<b>Incidência de Pobreza</b>	<b>Índice de Pobreza Humana</b>
Total	69.4%	56.8%
Manica	62.6%	57.5%
Gaza	64.7%	49.1%

Fonte: RDH

Portanto, mesmo utilizando os indicadores mais extensos de Pobreza Humana, pelo menos 56% da população está a viver na pobreza absoluta.

No âmbito do crescimento económico e do PIB, torna-se interessante notar o peso da Cidade de Maputo nos números agregados. O PIB real per capita de Moçambique aumentou de 165 dólares americanos em 1996 para 235 dólares americanos em 1998. Na Cidade de Maputo o PIB real per capita aumentou de 879 dólares americanos para 1,340 dólares americanos, ou seja seis vezes maior do que a média nacional (e 11 vezes maior do PIB real per capita da província de Manica). Analisando a contribuição para o PIB nacional por região, observa-se que o sul produz 47.6%, contra 31.4% do centro (Manica 5%) e 21.0% do norte. No entanto, só a Cidade de Maputo produz 34.3% da contribuição da região sul (Gaza 4%).

Finalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra que, embora tenha havido progressos, estes ainda estão longe de acompanhar o ritmo de crescimento económico. Se o PIB cresceu numa média de 11% por ano entre 1996-1998, as carências em desenvolvimento humano foram reduzidas em apenas 5% durante o mesmo período, e há muitas discrepâncias entre províncias. Somente quatro províncias conseguiram melhorar os seus resultados em mais de 5% (entre as quais Manica com 12.5%); as demais províncias permaneceram quase estacionárias.

Uma nota positiva é o grau relativamente alto em relação ao IDH da participação de mulheres em áreas políticas e económicas fundamentais, que elevou Moçambique para 5º lugar a nível da SADC em relação ao indicador.

## 2.2. Informação e comunicações

O esforço económico tem que ser acompanhado por um esforço no domínio de governação e democratização. O acesso livre e equitativo à informação e aos conhecimentos, constituem pressupostos importantes. Com a descentralização da administração territorial e a consolidação de uma sociedade civil activa, crescem as necessidades locais em termos de informação actualizada e contactos com outras regiões do país e do mundo.

O Governo moçambicano pretende apostar nas TICs, como ferramentas capazes de imprimir novas dinâmicas nas áreas de desenvolvimento económico. A Política Nacional de Informática (PNI) prevê os seguintes objectivos estratégicos:

- Fazer de Moçambique um parceiro relevante e competitivo na Sociedade Global de Informação;
- Contribuir para o combate à pobreza e melhoramento das condições de vida dos moçambicanos;
- Assegurar o acesso dos cidadãos aos benefícios do saber mundial;
- Melhorar a governação e a administração pública;
- Elevar a eficácia e eficiência das instituições do Estado a de utilidade pública na prestação dos seus serviços;
- Fazer de Moçambique um produtor e não mero consumidor das tecnologias de informação e comunicação.

O acesso universal à informação e a eliminação gradual das assimetrias e diferenças no acesso às oportunidades de desenvolvimento são algumas das metas específicas da Política.

Ao mesmo tempo, a expansão da rede nacional de telecomunicações faz com que cada vez mais distritos sejam abrangidos pela instalação de centrais digitais, permitindo o acesso ao correio electrónico (*e-mail*) e à Internet. Até 1998 o país tinha 75.000 assinantes de telefone (teledensidade de 0.46). Em 2000 havia 10.000 utilizadores de *e-mail* e/ou Internet (em comparação com menos de 100 utentes em 1995).

Não obstante estes números, Moçambique ocupa o oitavo lugar no continente africano em termos de utilizadores da Internet (depois da África do Sul, Egipto, Kenya, Zimbabwe, Marrocos, Tunísia e Gana), embora longe da média sul-africana que é de 1:65.

**Esta realidade, conjugada com a aprovação da PNI, proporciona um ambiente favorável para a realização de estudos e projectos neste sector. O debate nacional em torno da PNI foi um instrumento importante para a disseminação de ideias e informações acerca das novas tecnologias até a base.**